

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORTOGRAFIA E AS SUAS REFORMAS**

**Eugénia Gonzalez**  
**DLGR - FLUL**

As reformas sucessivas da ortografia suscitaram sempre tomadas de posições veementes instaurando-se uma velha guerra entre "Modernos" e "Antigos" na qual os primeiros louvavam as reformas e os segundos defendiam o património existente. As últimas reformas da ortografia francesa e portuguesa não fogem à regra. Com a agravante – no caso da reforma portuguesa – de implicar um acordo ortográfico entre diversos protagonistas oriúdos de Portugal mas também do Brasil e dos PALOP.

As reformas ortográficas são determinadas pela evolução do sistema fonológica da língua natural, as variações de atitude para com a língua padrão – neste caso o latim e, em menor grau o grego – a invenção de regras de transcrição onde inovação e conservação se disputam o lugar e, por fim, os hábitos ortográficos que representam a tradição e que mesmo maus são difíceis de extirpar.

Neste artigo analisamos alguns aspectos das reformas que chamaram a nossa atenção: o uso do acento circunflexo e as modificações que podem ser efectuadas; a correcção de algumas anomalias ortográficas tais como o desaparecimento ou a conservação de consoantes etimológicas ou o uso de consoantes duplas; e o uso do hífen ou da aglutinação nas palavras compostas.

A nossa análise visa compreender melhor o trabalho que foi desenvolvido pelas diversas equipas numa matéria muito importante para todos do ponto de vista social e cultural.

**(1) O acento circunflexo**

Tanto em português como em francês, mas por razões diferentes, o acento circunflexo tem sido objecto de variadíssimas observações por parte dos linguistas. E, curiosamente, as academias portuguesa, brasileira e francesa chegaram a uma constatação bastante semelhante: para a comissão Beslais 21,48% dos erros ortográficos em francês devem-se aos acentos circunflexos; e para a Academia de Ciências de Lisboa 70% das divergências entre a ortografia portuguesa e brasileira têm por origem o uso do acento circunflexo, daí a sua supressão por decreto-lei do governo brasileiro em 1971 no caso dos homógrafos-aliás, muitos deles já inexistentes na língua portuguesa contemporânea. No entanto, apesar deste esforço por uma reforma e unificação ortográfica, o acento circunflexo continua a estar na origem de numerosas divergências que tornam o uso da língua escrita portuguesa mais conflituoso a nível internacional.

Falámos de conflito a nível diplomático mas, no âmbito estritamente ortográfico, trata-se de concorrência entre signos. Em português, de facto, o acento circunflexo faz concorrência ao acento tónico e vice-versa devido à história da própria língua. Assim, lembraremos que o latim clássico opunha vogais breves a vogais longas, considerando um facto irrelevante a abertura da vogal. Nas línguas românicas, pelo contrário, esta oposição latina passou para segundo plano e foi privilegiado o grau de abertura da vogal. É o caso, por exemplo, do francês, mas em português optou-se por indicar na escrita o acento tónico por esta língua – contrariamente ao francês cujas palavras são sempre oxítonas, – ter palavras podendo ser oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, não se indicando a abertura da vogal a não ser em casos bem específicos: a distinção de homógrafos (avó/avô); o uso do acento grave (suprimido na última reforma) nos advérbios em -mente (ávido/avidamente); o uso do acento circunflexo em palavras tradicionalmente escritas com este acento por terem na sílaba tónica a vogal fechada (Almodôvar, Tânger, etc.), e nas flexões verbais (vê, têm, etc.). A tradição na escrita portuguesa privilegia, portanto, o acento tónico e não recorre geralmente ao acento circunflexo para indicar uma maior ou menor abertura, segundo as consoantes que seguem a vogal da sílaba tónica, por achar que a língua falada as realiza naturalmente. Assim, se as consoantes forem sonoras – distinguindo as sílabas acabadas com uma vogal (ex. cadáver) e as que acabam com uma consoante

(ex. forcéps) – a vogal é aberta; mas se forem surdas – distinguindo as sílabas acabadas com uma vogal (ex: fêmea) e as que acabam com uma consoante surda ou nasal (ex: harém, réptil) – a vogal é fechada.

As sílabas tónicas seguidas de consoantes sonoras (nódoa, glória, chicória) não levantam problemas de acentuação. As divergências entre as duas academias surgem com as sílabas tónicas seguidas de consoantes surdas ou nasais que fecham a vogal da sílaba tónica. A Academia Brasileira de Letras opta por indicar que a vogal é fechada com o uso do acento circunflexo enquanto a Academia de Ciências de Lisboa opta pelo acento tónico (que é representado graficamente por um acento agudo). Ora, será o uso do acento circunflexo imprescindível para uma realização correcta do fonema ou podemos considerá-lo supérfluo porque um maior ou menor grau de abertura da vogal é realizado naturalmente no sistema fonológico do português contemporâneo? É imprescindível, na nossa opinião, usar o acento circunflexo com vogais que por razões históricas têm uma abertura diferente da natural no sistema fonológico do português contemporâneo como é o caso de "côdea" e de "lôbrego", e nas flexões verbais porque formam paradigmas gramaticais, mas com as outras palavras seria sensato não complicar mais o que já é por si muito complexo.

Por fim, as divergências entre as duas academias a propósito do uso do acento circunflexo surgem com palavras de origem francesa para as quais a Academia de Ciências de Lisboa recomenda o uso do acento tónico como, por exemplo, na palavra "bébé" impedindo que esta seja homográfica de "bebe", enquanto a Academia Brasileira de Letras prefere o uso do acento circunflexo considerando que a vogal deve ser fechada para ser semelhante à pronúncia francesa. daí encontrarmos "bebê" e até "metrô". No entanto, nem todas as palavras de origem francesa citadas no Acordo têm uma vogal fechada. Por exemplo: "croché/crochê" (fr. crochet); "bidé/bidê" (fr. bidet); "guiché/gui-chê" (fr. guichet) têm um / ε /aberto. Estas diferenças fonéticas são de facto pouco significativas e por essa razão não parecem justificar divergências ortográficas. Uma língua como a portuguesa, presente em diversos continentes, veículo cultural para diversos povos, falada e escrita nos órgãos internacionais precisa de uma ortografia unificada para fazer frente aos desafios do nosso mundo. É aliás, o que se verifica com a língua francesa que bem ciente do seu papel no mundo não transige no que toca à ortografia.

O acento circunflexo em francês é também um signo complexo porque desempenha como em português diversas funções. A última reforma da ortografia não o atinge profundamente e analisamos a seguir porquê.

Na história da língua francesa consta que o acento circunflexo é em primeiro lugar um signo utilizado pelos foneticistas para indicar um fenómeno de síncope (ex: "pai<sup>^</sup>ra" cujo acento indica foneticamente o apagamento do /j/ em "payera" que se escreverá também "paiera"); e – inspirados pelo estudo do latim – para indicar as vogais longas (ex: Ô exclamativo) que no caso do "o" podem ser fechadas. São estas funções que irão trazer o acento circunflexo para a área da ortografia sobretudo a partir do século XVIII.

Este acento é usado para indicar uma síncope – ou de uma vogal quando duas vogais formam um hiato que desapareceu (ex: "roole" -> rôle; "traite" -> traître), ou de uma consoante que já não se pronunciava (ex: chateau -> château). O problema que levantavam os homógrafos foi também resolvido com o uso do acento circunflexo (ex: chasse/châsse; cote/côte), e nas flexões verbais sobretudo do modo conjuntivo. Para marcar o prolongamento de uma vogal fechada foi usado o acento circunflexo em algumas palavras de origem grega que tinha, um omega (ex: symptôme), mas erradamente quando tinham também um ómicron (ex: binôme).

A reforma ortográfica elimina o uso do acento circunflexo sobre as vogais "i" e "u" excepto nas flexões verbais e nos adjetivos "mûr", "sûr" e no substantivo "jeûne". A razão invocada é este acento não ser um signo fonético mas diacrítico. E, de facto, o uso do acento circunflexo não indica a abertura e o prolongamento de uma vogal nos casos em que a sua presença tem por origem uma síncope. É o que se verifica com um antigo hiato: assidument/assidûment) ou no caso de uma consoante muda: "croste/croûte". A função diacrítica do acento circunflexo não se limita aliás às vogais "i" e "u", abrange também as restantes. É o caso de "âge" que vem de "aage", de "prêcher" que vem de "preecher" ou de "Rhône" que vem de "Rhodne". Os que se opõem ao desaparecimento do acento circunflexo nestes casos são primeiro os que têm argumentos de ordem estética ou afectiva. Outros afirmam que o uso do acento levou os falantes da língua que desconheciam o seu papel a tomá-lo por um signo de prolongamento da vogal e que esta pronúncia errada na sua origem tornara-se um hábito bastante genera-

lizado que não se deveria modificar mas pelo contrário reforçar. Ora, este hábito não consta nos estudos feitos sobre o sistema fonológico do francês contemporâneo (exceptuando o "ô"), e no caso de ser um regionalismo (consta de origem belga) não justifica a sua conservação. Finalmente, os últimos a opõem-se ao desaparecimento do acento circunflexo enquanto signo indicando uma síncope são os que afirmam que este signo teria de ser substituído por um acento agudo ou grave nos casos de uma vogal aberta o que não representaria vantagem alguma.

É o caso de "bête" de "bestia" que teria de levar um acento grave. Ousamos, no entanto, contestar "bêtement" esta opinião afirmando que uma boa acentuação das palavras está ligada a uma boa ortografia. No caso da vogal "o" a sua acentuação nas palavras "pôle", "trône" não tem origem etimológica, mas justifica-se a sua conservação por causa do /o/ fechado. No francês contemporâneo a distinção entre o /a/ aberto e o /a/ fechado é cada vez menor, o /a/ fechado representando quase a totalidade das realizações. O uso do acento circunflexo sobre o "a" justifica-se no caso dos homógrafos (acre/âcre), nas flexões verbais e só por tradição nos casos restantes.

## **(2) As anomalias**

Na segunda parte deste artigo analisamos algumas rectificações ortográficas propostas pelas diversas academias. Estas rectificações visam, por exemplo, grafias que não correspondem à pronúncia actual. Assim, no que diz respeito à língua portuguesa, as duas academias propõem a supressão das consoantes finais de sílaba quando estas não são articuladas.

No Brasil oficialmente já desde 1943 as consoantes etimológicas implosivas que não se pronunciavam deixaram de se escrever. No Acordo ortográfico de 1945 eliminaram-se consoantes implosivas mudas, desaparecendo às vezes em todas as palavras de uma mesma família a raiz etimológica (ex: a raiz etimológica "script" que estava ainda presente em "descrição" e "descritivo" perdeu o "p" passando estas palavras a escrever-se "descrição" e "descritivo", assim como "descritível" e "descritor").

Este emudecimento de uma consoante em todas as palavras de uma mesma família seria um fenómeno comprovado ou a reforma orto-

gráfica forçou o emudecimento? O facto é que com essa reforma a língua portuguesa perdeu algumas raízes latinas e algumas referências quanto ao significado do seu vocabulário. Não contestamos o fundamento de algumas reformas como, por exemplo, no caso de "auctor" vindo do latim "actum/agtum" que deu origem a "actor" e "autor", a presença do "c" em "auctor" sendo incorrecta do ponto de vista filológico. Mas devemos lamentar a perda do "c" na raiz "duc" (lat. ducere=conduzir) e a grafia "conductor" e "tradutor" em vez de "conductor" e "traductor", assim como a perda da consoante implosiva "p" em "cap" (lat. capere) e a grafia "cativar" e "cativo" em vez de "captivar" e "captivo" uma vez que temos "captar", "capturar", "captação", "capturador" e "captor".

A reforma ao privilegiar a pronúncia popular em detrimento da culta consegue às vezes destruir totalmente a coerência do vocabulário. É o caso da substituição do "x" (pronunciado /ks/ em sílaba implosiva) por um "s" (ex: juxtapor, juxtalinear, sexto). Ora, "juxta" vem do latim e significa "ao lado de", enquanto "justa" vem do latim "justus" e significa "justo". O que quererá dizer "justapor"? Quanto ao desaparecimento do "x" de "mixto" criando uma confusão com "mito" deixa-nos perplexos e atónitos.

A última reforma ortográfica da língua francesa tentou rectificar algumas anomalias que se verificam no uso das consoantes duplas. Segundo a Comissão Beslais 28,33% dos erros de ortografia no primeiro ano de Faculdade têm por origem as consoantes duplas. São a primeira causa dos erros de ortografia. O uso de consoantes duplas em francês deve-se em primeiro lugar ao facto de em latim existirem consoantes duplas que foram conservadas em francês (ex: "illustro" -> illustrer; "immobilis" -> immobile"; "litterae" -> littérature"; "classis" -> "classe"; "carruca" -> "carroce"; "afflictatio" -> "affliction"; "annus" -> "année"; "appetentia" -> "appétit").

A existência de consoantes duplas em francês deve-se, em segundo lugar, ao facto de serem utilizadas para indicar a abertura da vogal que precede a consoante dupla (ex: mouette) ou modificar o som da consoante (ex: corrai/courais; poisson/poison; fille/file).

O uso de consoantes duplas entra, em terceiro lugar, numa lógica de construção do vocabulário. É o que se pode verificar na oposição masculino/feminino (ex: nul/nulle; chien/chienne), e no processo de derivação (ex: nom, nommer, nommément). Finalmente, existem razões

históricas cujas origens desconhecemos que levaram os lexicógrafos a usar consoantes duplas. É o caso de "abbé", "abbave" e "chiffre".

A brevíssima análise que precede teve por objectivo evidenciar as dificuldades que existem em francês em modificar um sistema tão complexo e justificar a prudência do Conselho Superior de Língua Francesa nesta matéria. O Conselho Superior debruçou-se assim sobre pequenos problemas tais como as palavras acabadas em -ole e em -olle. Sendo a maioria acabadas em -ole (pôle, rôle, contrôle, agricole) achou por bem generalizar a final em -ole, salvo nas palavras que tinham em latim um duplo l" (ex: colle do latim "colla"; molle do lat. "mollis"; folle do lat. "follis" e os seus derivados. Portanto, não houve praticamente mudança na ortografia das palavras acabadas em -olle/-ole, nem hesitações a não ser para os neologismos "fusarole" e "moucherole" para os quais o Conselho Superior não decidiu ainda se deviam escrever-se com a consoante simples ou dupla. Na nossa opinião, estas palavras deveriam escrever-se com a consoante dupla para estarem em harmonia com "barcarolle" e "fumerolle". Teríamos assim a série: fusarolle, moucherolle, barcarolle, fumerolle.

Atendendo à pronúncia, foram eliminadas as consoantes duplas nas palavras "dentelière", interpeler", "prunelier" e "lunetier" tendo-se em conta a alternância entre /ə/ mudo e /ɛ/ aberto que encontramos em dentelle, dentelière; interpelle/interpeler; lunette/ lunetier, que é uma das características do sistema fonológico do francês.

Finalmente, o Conselho Superior quis uniformizar algumas séries desta vez não privilegiando a pronúncia mas a grafia das palavras mais frequentes ou mais numerosas. Assim temos a série "homme", "bonhomme" e "prudhomme". Segundo o Conselho Superior "bonhommie" escrever-se-ia "bonhommie" e assim como "prudhommie" (cuja existência desconhecíamos) para ser uniformizada com "prudhommerie", "prudhommal/aie" e "prudhommesque". Quanto à palavra chariot", passou a ter dois "r" para uma melhor integração na série: charrier, charretier, charrette, charroi, charrue, charrée, charreton e charriage.

### **(3) Hífen e aglutinação**

O vocabulário geral, científico e técnico usa como processos criativos a composição, a prefixação e a sufixação.

No processo de composição de palavras científicas e técnicas recorre-se a elementos gregos e latinos. O uso do hífen ou da aglutinação está dependente do facto de duas vogais se seguirem ou não (ex: "telefone" de "tele" = longe e de "phone" = voz; "micro-ondas" de "micro" = pequeno e de "onda" = deformação).

Nas palavras compostas separadas por um hífen o 2º termo pode qualificar o 1º (ex: fala-barato; rádio-taxi; porta-avião) mas é mais frequente o inverso, ou seja, quando o 1º termo desempenha o papel de adjectivo do 2º (ex: auto-estrada; narco-tráfico; termo-electricidade). Neste caso o 1º termo assemelha-se a um prefixo, a distinção entre falsos prefixos e prefixos sendo irrelevante na construção do vocabulário. Isto explica porque se prescinde frequentemente do hífen e se dá preferência à aglutinação, excepto nos casos de títulos nobiliárquicos ou de cargos públicos (ex: vice-rei; vice-presidente) ou, ao contrário, nos casos em que a palavra composta já não representa um estatuto (ex: ex-director), e nos casos semanticamente fortuitos (ex: co-herdeiro).

A última reforma da língua portuguesa não tem em conta o uso que consagra a aglutinação em detrimento do hífen, pois quem escreve nos nossos dias com hífen "hipermercado", "electrodoméstico" ou "biodegradável"?

Por vezes, infelizmente, as regras em vez de salvaguardar o vocabulário concorrem ao seu massacre. É o caso da regra que estipula que se deve usar o hífen quando o 2º termo da palavra composta começa por um "h" (ex: anti-higiénico) excepto em formações que contêm os prefixos in- e des-, o 2º termo perdendo o "h" (ex: desumano, inumano, inábil, desarmonia). É provável, portanto, que num futuro próximo apareçam mais aglutinações do mesmo tipo (ex: superomem, subéptico, etc.).

Uma outra regra que desfigura o vocabulário é a que estabelece que quando o 1º termo acaba por uma vogal e o 2º começa por s- ou r- duplica-se as consoantes (ex: infrassom; microrradiografia). Neste: casos de aglutinação a economia do hífen complicou a ortografia tornando a regra antiproducente.

O Conselho Superior da Língua Francesa debruçou-se sobre o uso do hífen e da aglutinação e das suas observações retemos seguinte:



Nas palavras compostas com preposição o uso do hífen não parece obedecer a uma regra estabelecida (ex: quatre-de-chiffre, chien de mer; main-d'oeuvre; main de fer); por isso o Conselho Superior optou pela conservação do hífen quando as palavras compostas formam um sintagma com preposição que pode ser semanticamente confundido com outro igual mas de sentido diferente (ex: pied-de-biche/pied de biche; barbe-de-capucin/barbe de capucin) o hífen assinalando o sentido metafórico. Mas não se deve usar o hífen quando só um dos termos tem sentido figurado (ex: langue de terre). Justificasse, no entanto, o uso do hífen para indicar uma relação de coordenação entre dois termos (ex: indo-européen).

O Conselho Superior recomenda a aglutinação nas palavras compostas com termos gregos e latinos, ou quando o 1º termo é um verbo (ex: ultraviolet; psychomoteur; portemine).

A aglutinação, segundo o Conselho Superior, resolve os problemas semânticos levantados pelo plural. Assim, a palavra "perce-neige" no plural tem tendência a ficar invariável "des perce-neige" porque só existiria uma neve. A aglutinação resolveria este problema porque esqueceríamos o sentido de cada termo e privilegiaríamos o sentido de "pequena flor que floresce no fim do inverno", a marca do plural no 2º termo não levantando problemas semânticos. No entanto, talvez estejamos diante de um falso problema porque a verdade é que existem diferentes qualidades de neve e com hífen ou com aglutinação o plural faz sentido.

### **Epílogo:**

A análise de alguns aspectos das reformas ortográficas portuguesa e francesa permitiu-nos compreender quanto a ortografia depende de factores culturais e sociais, Assim, vimos a importância ou não que é dada ao latim: a língua francesa, por exemplo, apesar de foneticamente estar bastante afastada da língua latina, compensa este afastamento com uma ortografia que tem em grande parte como ponto de referência a língua padrão; já a língua portuguesa, pelo contrário, privilegia a transcrição da pronúncia, talvez porque está bem ciente de ser uma língua neolatina.

No que diz respeito à construção do vocabulário, o uso do hífen levanta problemas semânticos e de criação lexical. Pensamos que no

processo criativo o uso do hífen assinala o aparecimento de um neologismo, enquanto a aglutinação indica a assimilação do vocábulo. Portanto, o que distingue o hífen da aglutinação é o tempo que leva um novo vocábulo a ser integrado culturalmente.

Os factores sociais reflectem-se na ortografia, existindo períodos em que é privilegiada a pronúncia popular em detrimento da pronúncia culta mesmo quando a pronúncia popular é profundamente errada e põe em perigo a coerência do vocabulário. É o caso do desaparecimento em português das consoantes etimológicas implosivas. Assim, se por um lado, o sistema fonológico de uma língua evolui naturalmente ao longo dos tempos, por outro lado, cabe aos lexicógrafos a responsabilidade de acelerar certas evoluções ou de contrariá-las através de regras ortográficas. Afinal, a coerência de uma língua e o seu valor cultural estão, em grande parte, nas suas mãos, daí a atenção que devemos todos dar às suas propostas e à língua em geral.

### **Referências**

- ESTRELA, Edite: *A questão ortográfica – Reforma e Acordos da Língua Portuguesa*, Editorial Notícias, Lisboa, 1993.  
GOOSSE, André: *La "nouvelle" orthographe*, Editions Duculot, Paris, 1991.